

Eixo Temático: Biologia Aplicada

ET-09-034

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DE RESIDENTES DE UMA COMUNIDADE NO BAIRRO DO RANGEL, JOÃO PESSOA, PARAÍBA

Bruno Melo de Sousa¹, Vancarder Brito Sousa²

¹Universidade Estadual da Paraíba, Graduando em Ciências Biológica, Paraíba; ²Universidade Estadual da Paraíba, Professor do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, Paraíba.

RESUMO

Partindo dos dados que demonstram o crescimento absoluto e relativo da população residente em moradias irregulares objetiva-se, através desse estudo, uma análise socioeconômica e ambiental de moradores irregulares em bairro de João Pessoa, Paraíba. O estudo consiste em entrevista dos moradores através de questionários na Rua Osvaldo Lemos, Rangel. Os moradores caracterizaram-se, basicamente, por pessoas jovens com baixa escolaridade e salário, mas com um elevado grau de conhecimento ambiental.

Palavras-chave: Moradores irregulares; Conhecimento ambiental; Questionário.

INTRODUÇÃO

O crescimento urbano desordenado e a fragmentação urbana das metrópoles expõem situações de desigualdades sociais e espaciais intensas, cuja expressão mais cabal se revela na formação, de um agravamento das condições de moradias das populações pobres e um grau devastador de degradação ambiental provocado por loteamentos ilegais e ocupações sobre áreas protegidas e solos frágeis (MEYER et al., 1998).

Os problemas ambientais urbanos dizem respeito tanto aos processos de construção da cidade e às diferentes opções políticas e econômicas que influenciam as configurações do espaço, quanto às condições de vida urbana e aos aspectos culturais que informam os modos de vida e as relações interclasses. Nas parcelas da cidade, produzidas informalmente, onde predominam os assentamentos populares e a ocupação desordenada, a combinação dos processos de construção do espaço com as condições precárias de vida urbana gera problemas socioambientais e situações de risco, que afetam tanto o espaço físico quanto a saúde pública (GROSTEIN, 2001).

O conceito de aglomerado subnormal abrange a diversidade de assentamentos irregulares existentes no Brasil, conhecido como favelas. São conjuntos constituídos de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011a).

O Brasil tinha 11,42 milhões (6% da população do país) de pessoas morando em favelas, palafitas ou outros assentamentos irregulares em 2010 dados do último Censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011b). A comparação com levantamento realizado há vinte anos indica que quase dobrou no período a proporção de brasileiros que moram nessas áreas, em condições precárias. Em 1991, 4,48 milhões de pessoas (3,1% da população) viviam em assentamentos irregulares, número que aumentou para 6,53 milhões (3,9%) no Censo de 2000. O IBGE ressalva que, apesar de o conceito de aglomerado subnormal ter permanecido o mesmo desde 1991, foram adotadas inovações metodológicas e operacionais no Censo 2010 e que, por isso, a comparação dos dados “não é recomendada” (WERNECK; LEAL, 2010).

Tendo em vista a situação degradante encontrada em muitos aglomerados subnormais objetiva-se analisar o perfil socioeconômico e ambiental de um aglomerado subnormal localizado no Bairro do Rangel, João Pessoa, Paraíba.

METODOLOGIA

O local escolhido para o estudo foi a Rua Osvaldo Lemos, Rangel, na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba. Trata-se de uma rua com casas em situações irregulares, localizada à margem do rio Jaguaribe um dos principais rios da cidade. A rua não é pavimentada e com saneamento básico precário (Foto 1-A). No local observou-se alta taxa de insetos (mosquitos e moscas) mau cheiro.



Figura 1. A) Saneamento básico da Rua Osvaldo Lemos, mostrando: Precariedade do saneamento e rua não pavimentada. B) Rio Jaguaribe. Fotos: Margarida A. Furquim.

Foi elaborado um questionário socioeconômico e ambiental contendo 14 perguntas, para descrição e conhecimento da comunidade. O questionário foi aplicado no ano de 2012, no lado direito da rua sentido Centro-Cristo, perpendicular à Rua Dois de Fevereiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada em 22 casas de um total de 28. Dos 22 moradores que participaram do questionário 95,45% responderam que os resíduos produzidos pelos moradores da casa eram destinados para a coleta da Empresa Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR) três vezes na semana. Apenas 4,55% (um morador) queimava os resíduos produzidos na casa.

O perfil dos moradores apurados mostra que 25% dos moradores estão localizados na faixa etária de 30 a 44 anos, 23,81% entre 15 e 29 anos, 17,86 % entre zero e 14 anos, 16,67% entre 45 e 59 anos e 16,67% mais de 60 anos. Assemelhando-se ao censo de 2010 do IBGE (2011), onde a população de jovens do Brasil na faixa de zero a 14 anos é maior do que a população com mais de 60 anos em moradias irregulares.

O número de moradores por domicílio (Figura 2) mostra que 50% das casas possuem três moradores ou menos. Segundo Sereza (2009), A redução do número de pessoas em cada família faz parte de uma grande mudança no perfil demográfico do país que inclui a redução da taxa de fecundidade, o envelhecimento populacional, o aumento da escolarização feminina e a entrada no mercado de trabalho, aumento das separações e divórcios, o adiamento dos casamentos e uniões e a transferência do foco da criança para os adultos na vida familiar. Essa redução de pessoas por domicílios leva a um aumento na pressão por habitação e serviços como fornecimento de água e coleta de esgoto e lixo, além de colocar desafios para as políticas públicas de habitação e de planejamento urbano.

Dos moradores entrevistados 36,36% afirmaram que a renda somatória do domicílio (renda domiciliar) é de apenas um salário mínimo (R\$ 622,00) dessas 37,50% contribuído por

duas pessoas no domicílio e 62,50% por uma pessoa. 13,64% dos moradores possuíam renda domiciliar inferiores a um salário mínimo dessas 66,67% era constituída por dois moradores e 33,33% por três moradores. 22,73% possuíam renda domiciliar entre um e dois salários mínimos desses 40% contribuídos por dois moradores 40% por três moradores e 20% por quatro ou mais moradores. 27,27% dos moradores possuíam renda domiciliar superiores a dois salários mínimos. Esse baixo salário, provavelmente, deve-se a três fatores: 1) A escassez de profissionais qualificados e a desvalorização da mão-de-obra qualificada pelas empresas. 2) Aumento do trabalho informal e diminuição do trabalho formal. 3) Baixa escolaridade. Apenas 63,64% dos moradores entrevistados possui ensino fundamental incompleto, 18,18% nunca estudaram, 4,55% possuem fundamental completo, 4,55% médio incompleto e 9,09% médio completo. Todos os moradores entrevistados possuíam mais de 25 anos.

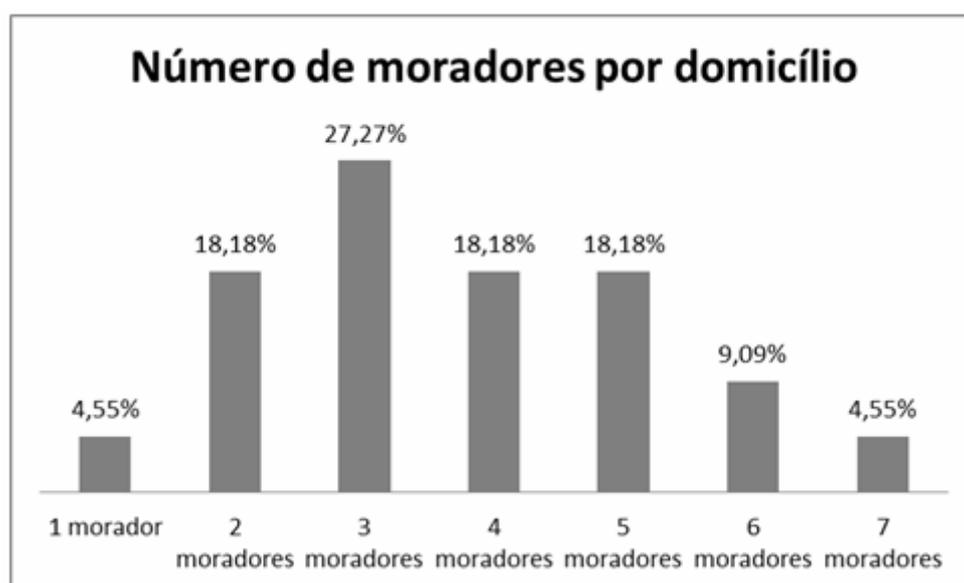


Figura 2. Porcentagem de moradores por domiciliar. Autor: Bruno Melo.

Das famílias entrevistadas 63,64% não recebem nenhum auxílio dos poderes públicos enquanto 36,36% (sete pessoas) recebem a Bolsa Família. Das famílias que recebem o benefício Bolsa família apenas uma família possui renda inferior a um salário mínimo. A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda per capita de até R\$ 70,00 por mês. As famílias pobres são aquelas que têm a renda per capita entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 por mês, e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes entre zero e 17 anos (CAIXA, 2012).

Quando perguntado qual doença os moradores tiveram no ultimo ano a mais frequente foi viroses seguido por verminoses (figura 3). A virose mais frequente no local, segundo os moradores foi a dengue. O Rio Jaguaribe é um local propício para o depósito de ovos do mosquito da dengue, talvez seja esse o fato da alta taxa de ocorrência no local. O saneamento básico de uma rua, não encontrado no local de estudo, é um fator que contribui para a eliminação de doenças como verminoses, por eliminar seus vetores (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2014).

Para descobrir o grau de percepção ambiental dos moradores realizaram-se duas perguntas: 1) o que você entende por meio ambiente e 2) em sua opinião a que pertence à responsabilidade de manter o rio Jaguaribe limpo. Muitos dos moradores quando questionados o que era meio ambiente deram o conceito completo (63,7%) respondendo, tudo o que cerca o homem e o homem. Outros conceituaram incompletamente dizendo que era a natureza intocada

ou apenas os animais e plantas (22,73%) e três pessoas não sabe o que é meio ambiente. Um dos conceitos aceitos de meio ambiente segundo Lima-e-Silva et al. (2000) é o conjunto de fatores naturais, sociais e culturais que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage, influenciando e sendo influenciado por eles, ou seja, tudo que há no mundo. Em relação à limpeza do Rio Jaguaribe, 81,82% dos moradores responderam que a reponsabilidade de manter o Rio Jaguaribe limpo pertence aos moradores e o poder público contra 13,64% que responderam que a responsabilidade possuía apenas aos moradores e 4,55% apenas ao poder público. A responsabilidade de manter o rio limpo pertence a ambos, em principal aos moradores da população ribeirinha. As margens do Rio Jaguaribe, vêm sendo ocupadas já há muito tempo. Esta ocupação, na maioria das vezes, se dá de forma desordenada apresentando baixa infraestrutura e saneamento precário necessário para a população, agravando ainda mais o comprometimento do Rio Jaguaribe.

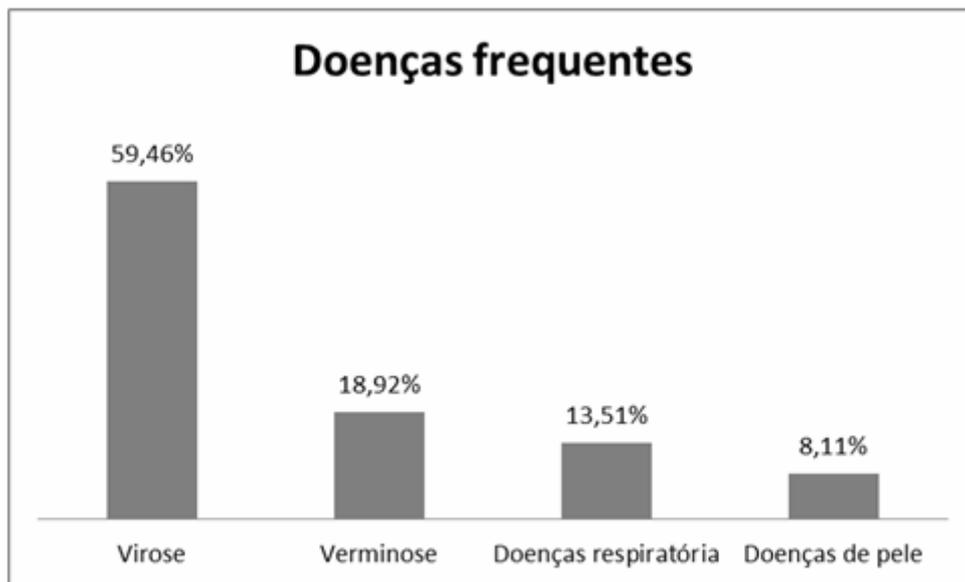


Figura 3. Porcentagem das doenças mais frequentes no local de estudo. Autor: Bruno Melo.

CONCLUSÕES

Os moradores da Rua Osvaldo Lemos é caracterizada por uma população que se diz não ser discriminada pela sociedade, constituído, em sua maioria, pessoas jovens com baixa escolaridade e salário e desprovia de um local adequado para moradia.

Os residentes possui uma percepção ambiental elevada conceituando corretamente meio ambiente e descartando, em sua maioria, corretamente o lixo domiciliar.

As doenças corriqueiras na comunidade deve-se, provavelmente, pelo falta de saneamento do local, proximidade com o Rio Jaguaribe e não pavimentação da rua.

REFERÊNCIAS

CAIXA. Caixa Bolsa Família. 2012. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferencia/bolsa_familia/index.asp>. Acesso em: 23 jun. 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Saneamento para Promoção da Saúde**. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/engenharia-de-saude-publica-2/saneamento-para-promocao-da-saude/>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

GROSTEIN, M. D. Metrópole e Expansão Urbana. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 1, p. 13-19, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14 maio 2010a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010, aglomerados subnormais primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.br/home/noticias/imprensa/ppts/000000069600121162011001721999177.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012b.

LIMA-E-SILVA, P. P. et al. **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Thex, 2000.

MEYER, R. P. et al. **São Paulo Metrópole Terciária**. Entre a modernização pós-industrial e a herança social e territorial da industrialização. São Paulo: FAUUSP/Ipea/Cebrap, 1998. (Relatório Final).

SEREZA, H. C. Famílias ficam menores, número de domicílios cresce e problemas habitacionais mudam. UOL Notícias. São Paulo, 18 set. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/especiais/pnad/ultnot/2009/09/18/ult6843u22.jhtm>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

WERNECK, F.; LEAL, L. L. Brasil tem 11,42 milhões vivendo em moradias irregulares. Estadão.com.br. 21 Dez. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-1142-milhoes-vivendo-em-moradias-irregulares,813842,0.htm>>. Acesso em: 14 maio 2012.